

GLOBALIZAÇÃO E MACROSSOCIOLOGIA HISTÓRICA¹

Giovanni Arrighi
The Johns Hopkins University

RESUMO

O artigo discute como o fenômeno que se convencionou chamar de “globalização” afetou e afeta dois ramos da Macrossociologia Histórica – a Sociologia Histórica e Comparativa (SHC) e a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) –, ao mesmo tempo em que procura determinar os limites da própria “globalização”. Inicialmente, indica-se que a globalização representa a constituição de um sistema econômico mundial, em detrimento dos estados nacionais – o que reforçaria a EPSM e debilitaria a SHC. Em seguida, procura-se indicar que as características da “globalização” justificam sua novidade: a partir de uma perspectiva de longa duração, considera-se que estamos em um período de expansão das relações econômicas em nível mundial, da mesma forma como em outras ocasiões no passado. O artigo se encerra considerando que muitas das limitações da SHC e da EPSM devem-se à centralidade que conferem ao construto caracteristicamente ocidental do Estado-nação, embora a atual onda de globalização deva muito de sua importância à atividade de países não-ocidentais, em especial os do Leste Asiático.

PALAVRAS-CHAVE: *globalização; macrossociologia histórica; sistema-mundo; teorias sociais.*

I. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS CONTEÚDOS

A história continuamente desordena o quadro conceitual e as especulações teóricas com as quais nos empenhamos em compreender o passado e prognosticar o futuro do mundo em que vivemos. Em nossa tentativa de lidar com o “caos de julgamentos existenciais” (na frase de Max Weber) engendrado por eventos e processos que desafiam nossa compreensão do mundo, tendemos, em geral, a negar ou a exagerar a novidade do que está ocorrendo. A recusa leva a mudanças no significado habitual das palavras; os exageros conduzem à cunhagem de novas palavras com significados incertos. De qualquer modo, para parafrasear John Ruggie (1994, p. 553), “tempos de mudança também são tempos de confusão”.

Há cerca de vinte ou trinta anos, a principal

fonte de confusão no estudo da política econômica global era o uso persistente do termo “imperialismo” para designar tendências que eram substancialmente diferentes daquelas identificadas pelas teorias clássicas do imperialismo, tanto a liberal como a marxista. Em uma crítica desse uso anacrônico do termo, enfatizei como o estabelecimento da hegemonia dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial erodiu o verdadeiro *explicandum* das teorias clássicas do imperialismo, qual seja, a tendência da competição intercapitalista transformar-se num estado aberto e generalizado de guerra. A crescente tendência dos processos de acumulação de capital organizarem-se em corporações multinacionais solapou o caráter isolado e mutuamente exclusivo dos estados-nação que as teorias clássicas do imperialismo tinham como premissa. Longe de conduzir os estados capitalistas avançados a um processo de guerra aberta e generalizada, pode-se esperar que essa tendência conduza-os rumo ao que o fundador das teorias liberais do imperialismo, John Hobson, chamou de “federação experimental e progressiva” (ARRIGHI, 1978, p. 148ss.).

Vinte anos após isso ter sido escrito, o termo “imperialismo”, para todo propósito prático,

¹ Publicado originalmente em Abu-Lughod (2000). Uma versão anterior deste artigo foi apresentado na Conferência da American Sociological Association-International Sociological Association, North American Conference, “Millennial Milestone. The Heritage and Future of Sociology”, realizada em Toronto (Canadá), em agosto de 1997. Tradução: Marco Antonio Acco. Revisão técnica: João Feres Jr. e Gustavo Biscaia de Lacerda.

desapareceu do discurso sócio-científico, e o problema não é mais o de uma teoria que perdeu seu *explicandum*. Antes, ele é o problema de um *explicandum* mal-definido (“globalização”), em busca de teorias capazes de dar sentido a tudo aquilo que nos vem à mente com o uso desse termo. Dado um significado incerto, essa busca deve começar com um inventário dos processos que se apresentam sob o nome de “globalização” e que efetivamente merecem nossa atenção.

Dentre esses processos, o mais amplamente reconhecido é aquele a que me refiro em minha crítica epistemológica das teorias do imperialismo: o crescente número e variedade de corporações cujas atividades de busca do lucro não são contidas pelas fronteiras dos estados nacionais. A idéia de que a emergência de um sistema de corporações multinacionais debilita o poder dos estados – não apenas dos estados menores e mais fracos que nunca tiveram muito poder, mas também dos estados grandes e fortes – tem circulado com frequência desde que Charles Kindleberger (1969, cap. 6) declarou que essa emergência transformou o Estado-nação em “uma unidade simplesmente econômica”. Somente cerca de vinte anos depois, contudo, é que essa idéia, assim como outras, foi reciclada sob o novo nome de globalização.

O que aconteceu nesses vinte anos é que o crescimento do sistema de corporações multinacionais detonou outros dois processos, que adquiriram relevância por si próprios, e que deram credibilidade à idéia de que existe somente um “mercado econômico global” único e indivisível. O primeiro desses processos tornou-se conhecido como “globalização financeira” e o outro correspondeu à revivificação das doutrinas neo-utilitaristas do Estado mínimo. Em decorrência da Grande Depressão dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial, os mercados financeiros tornaram-se nacionalmente segmentados e regulamentados pelo poder público nacional. A expressão “globalização financeira” passou a ser utilizada para denotar o processo de reintegração desses mercados num mercado global único e amplamente desregulado. Como um resultado dessas reintegração e desregulação, o segmento financeiro *privado* global – as “altas finanças”, com era conhecido no século XIX – “como uma Fênix, renasceu das cinzas [...] voou e elevou-se a novas alturas do poder e influência nos assuntos das nações” (COHEN, 1996, p. 268).

Essa ressurreição das altas finanças globais foi

acompanhada pela ressurreição paralela das doutrinas largamente desacreditadas do mercado auto-regulado – que Karl Polanyi (1957, cap. 12-13), de modo muito sagaz, chamou de “credo liberal”. Com a expansão desse credo, os esforços vigorosos dos governos para regular a produção e a distribuição da moeda global aplacaram-se, adicionando um novo *momentum* à desregulação e à reintegração global dos mercados financeiros. O sistema financeiro que emergiu como um resultado dessa dupla ressurreição não foi, de fato, mais “global” do que o precedente sistema de Bretton Woods. O termo globalização foi então introduzido primeiramente para denotar “uma mudança de um sistema global (hierarquicamente organizado e amplamente controlado politicamente pelos Estados Unidos) para um outro sistema mais descentralizado e coordenado pelo mercado, tornando as condições financeiras do capitalismo largamente mais voláteis e instáveis” (HARVEY, 1995, p. 8).

David Harvey confessa que em seus momentos de maior ceticismo ficou se perguntando se “a imprensa financeira [...] induziu-nos [...] a acreditar na ‘globalização’ como algo novo, quando ela nada mais era do que um truque promocional para fazer um ajuste necessário no sistema financeiro internacional da melhor maneira” (*ibidem*). Truque ou não, a idéia da globalização foi, desde o início, articulada com a idéia da intensa competição interestatal pelos capitais crescentemente voláteis, e a conseqüente subordinação rígida da maior parte dos estados (inclusive dos Estados Unidos) aos ditames das agências capitalistas privadas. Globalização pode ser um termo enganoso utilizado para denotar a mudança de um sistema financeiro global controlado por uma hierarquia de agências governamentais lideradas pelos Estados Unidos para um sistema financeiro igualmente global, no qual os governos têm pouco controle sobre suas finanças e competem duramente entre si para obter favores e assistência do capital controlado privadamente. Mas, independentemente de querermos ou não conservar o termo, dificilmente poderemos dar sentido ao que aconteceu no mundo nos últimos vinte ou trinta anos sem darmos muita atenção a essa mudança em andamento.

Toda essa atenção é justificada tendo em vista o fato de que a mudança tem sido associada a dois ou três outros eventos que marcaram nossa época: a repentina derrocada da União Soviética como uma das duas superpotências militares globais, e – embora mais gradual, mas mesmo assim extraordi-

nariamente rápida – a ascensão do Leste Asiático como uma potência industrial e financeira de significado global. Tomados conjuntamente, os dois eventos provêm evidência adicional em apoio à percepção de que as fontes de riqueza, *status* e poder no mundo contemporâneo estão passando por algumas mudanças fundamentais.

De um lado, o colapso repentino da União Soviética demonstrou, para além de qualquer dúvida, o que já estava implícito no movimento largamente mais gradual e limitado de enfraquecimento dos Estados Unidos na esfera financeira, ou seja, o quão vulneráveis se tornaram mesmo os maiores complexos industrial-militares na história mundial diante das forças da integração econômica global. De outro lado, a despeito dos recentes reveses, a extraordinária expansão econômica da Ásia Oriental tem demonstrado que as forças de integração global não necessariamente enfraquecem os estados e que os estados que têm experimentado maior fortalecimento não se ajustam à imagem predominante dos estados-nação. Alguns são cidades-Estado – um é soberano (Singapura) e outro é semi-soberano (Hong Kong). Outros são protetorados militares semi-soberanos dos Estados Unidos – Japão, Coréia do Sul e Taiwan –, como Bruce Cumming caracterizou-os. E nenhum deles têm maior relevância militar, além de serem distantes dos tradicionais centros do mundo Ocidental. Novamente, “globalização” pode ser uma designação incorreta para os que está ocorrendo. Mas a mudança expressiva que o uso do termo pretende expressar apresenta sérios desafios para os modos estabelecidos de pensar o mundo.

II. A MACROSSOCIOLOGIA HISTÓRICA ENCONTRA A GLOBALIZAÇÃO

No mesmo período em que a globalização transformou o mundo, a macrossociologia norte-americana foi transformada pela emergência de duas novas escolas de pensamento, uma organizada primeiramente na seção *Sociologia Histórica e Comparativa* (doravante SHC), e a outra na seção *Economia Política dos Sistemas-Mundo* (doravante EPSM), da Associação Americana de Sociologia. As duas escolas buscam mobilizar o conhecimento histórico para a solução de problemas macro-sociológicos, mas divergem radicalmente no modo como definem seus campos de estudo.

Sob o mote “trazendo o Estado de volta”, os intelectuais da SHC tomaram os estados como suas unidades privilegiadas de análise, e procuraram

analisá-los em busca de generalizações sobre suas propriedades e de princípios de variação entre casos em diferentes espaços e períodos. Em contraste, os intelectuais da EPSM tomaram tipicamente os *sistemas* de estados agrupados por uma única divisão de trabalho como sua unidade privilegiada de análise, e procuraram analisá-los em busca de generalizações sobre interdependências entre os componentes de um sistema e de princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos. Muito poucos indivíduos cruzaram as fronteiras metodológicas. Em geral, os principais conceitos das duas macrossociologias históricas desenvolveram-se quase em completo isolamento, e sem muita consciência do fato de que diferentes problemas requerem diferentes unidades de análise.

À primeira vista, pode parecer que a globalização tem desafiado mais fundamentalmente a Sociologia Histórica Comparativa do que a Economia Política dos sistemas-mundo. Não estaria a globalização dissolvendo a coerência e a independência dos Estados, premissas básicas da macrossociologia da SHC? Não estaria ela trazendo à atenção de todos a interconexão transnacional dos processos de formação do Estado e de acumulação de capital, sobre as quais a macrossociologia da EPSM fundamenta-se?

Compreensivelmente, os intelectuais da EPSM não se constringem ao fazer assertivas do seguinte tipo “hoje em dia, as expressões ‘economia mundial’, ‘mercado mundial’, e mesmo ‘sistemas-mundo’ são lugares comuns, aparecendo igualmente nas conversas de políticos, comentaristas dos meios de comunicação e de trabalhadores desempregados. Mas poucos sabem que as fontes mais importantes dessas frases ligam-se ao trabalho iniciado por sociólogos no começo dos anos 1970 [...]. Esses sociólogos [do sistema-mundo] não apenas fizeram perceber a natureza global das redes econômicas vinte anos antes que tais redes adentrassem o discurso popular, mas também notaram que muitas dessas redes estão presentes nos últimos 500 anos da história. Ao longo desse tempo, os povos do globo tornaram-se interligados numa unidade integrada: o ‘sistema mundial’ moderno” (CHASE-DUNN & GRIMES, 1995, p. 387-388; cf. também FRIEDMAN, 1996, p. 319).

Compreensivelmente, os intelectuais do SHC são mais relutantes em reconhecer os problemas que a globalização coloca para sua unidade privilegiada de análise. Ao revisitar o campo de análise

comparativa das revoluções sociais quinze anos após a publicação de seu influente estudo sobre o assunto, Theda Skocpol (1994) não menciona a globalização como um movimento que está criando (ou não) problemas para o método de análise *centrado no Estado*, do qual ela tem sido um dos mais vigorosos defensores. Peter Evans, outro proeminente intelectual dessa corrente teórica, confrontou o revigoramento das teorias neo-utilitaristas do Estado mínimo, mas somente para reiterar a centralidade do Estado no desenvolvimento econômico e na análise macro-sociológica (EVANS, 1995; KOHL, 1995).

Ambas as teses – a de que a globalização tem demonstrado a validade da macrossociologia da EPSM, ou a de que ela não tem minado a validade da macrossociologia da SHC – são, em muitos sentidos, justificadas. Não obstante, cada uma dessas teses também foi contestada dentro da própria escola que a formulou. Longe de saudar a popularidade da terminologia dos sistemas-mundo, Immanuel Wallerstein advertiu seus colegas da macrossociologia da Economia Política dos Sistemas-Mundo que essa apropriação semântica, quando feita “para outros propósitos, efetivamente opostos [àqueles da análise dos sistemas-mundo] [...] pode provocar sérias confusões no público acadêmico geral, e, ainda pior, pode levar-nos à confusão, minando nossa capacidade de perseguir as tarefas a que nos propomos” (WALLERSTEIN, 1998, p. 108). Charles Tilly, de sua parte, advertiu seus colegas da macrossociologia da Sociologia Histórica e Comparativa que a globalização estabelece uma séria ameaça ao seu método privilegiado de análise porque “o sistema de estados distintos, delimitados e soberanos, que tem há tempos servido como seu fundamento implícito, está desintegrando-se rapidamente” (TILLY, 1995a, p. 3-4).

Mais importante ainda, como um recente debate entre Tilly e Wallerstein demonstra, cada variante da macrossociologia histórica tem seus próprios pontos cegos e também aspectos que lançam luz no reconhecimento da globalização como um problema macro-sociológico digno de atenção. No artigo em que incitou o debate, Tilly define a globalização como “um aumento na abrangência geográfica das interações sociais localmente relevantes, especialmente quando esse aumento estende uma proporção significativa de todas as interações entre as fronteiras internacionais e intercontinentais”. Ele sugere que, ao longo do último milênio, pelo menos três ondas de globali-

zação política e econômica ocorreram dessa maneira. Primeiro, no século XIII, quando a formação do Império Mongol criou as condições para a emergência do sistema de comércio mundial afro-euroasiático, analisado em detalhe por Janet Abu-Lughod (1989). Segundo, no século XVI, “quando a expansão comercial e militar europeia ligou o Oceano Índico ao Caribe por meio de uma densa rede de trocas e de dominação”. E, terceiro, no século XIX, “quando um impulso imperialista colocou 4/5 dos territórios mundiais sob o domínio dos povos europeus” (TILLY, 1995b, p. 1-2).

Tilly prossegue em sua argumentação e relaciona nove itens que lhe parecem indicar fortes evidências circunstanciais de que podemos estar no meio de uma nova onda de globalização. Em sua subsequente discussão a respeito dos efeitos dessa nova onda sobre os direitos dos trabalhadores, ele compara o impacto sobre as capacidades que os estados detêm na presente onda com as que os estados detinham na anterior. Durante a onda do século XIX, isso é, a partir de 1850, os estados (na verdade, os estados da Europa e outros estados ocidentais nos quais a argumentação de Tilly baseia-se) adquiriram instrumentos efetivos de promoção da inovação tecnológica, emprego, investimento e oferta de moeda, agindo mais vigorosamente no monitoramento e controle da acumulação, movimento e transferência de capital, mercadorias, pessoas e idéias no interior e através das fronteiras nacionais. Na presente onda, entretanto, os estados estão perdendo a capacidade de monitorar e controlar tais estoques e fluxos, e, em consequência, de adotar políticas sociais efetivas. “Corporações multinacionais, sindicatos de bancos internacionais e grandes organizações criminosas, assim como tratados multinacionais, como a União Europeia, estão coordenando algumas dessas mudanças” (*idem*, p. 14-18).

Em sua resposta, Wallerstein argumenta não ter maiores discordâncias a respeito do quadro geral descrito por Tilly, exceto no que se refere a duas questões. Primeiro, ele rejeita a idéia de que “a ascensão de organizações supranacionais poderosas, que não correspondem apenas às corporações transnacionais, está na origem do declínio do Estado forte”. Em sua concepção, organizações supranacionais poderosas como o FMI existem porque estados poderosos dão-lhes apoio. Mais importante, “as corporações transnacionais mantêm atualmente a mesma posição estrutural em relação aos estados como fizeram todas suas

predecessoras globais, de Fuggers, passando pela Companhia Holandesa das Índias Orientais aos industriais de Manchester no século XIX. Todas precisam dos estados e combatem os estados. As corporações transnacionais precisam dos estados para garantir seus esforços globais para a obtenção do monopólio, e, conseqüentemente, de taxas de lucro elevadas, como também para ajudá-las a limitar as demandas dos trabalhadores. Elas combatem os estados na medida em que esses agem como protetores de interesses antiquados ou respondem positivamente às pressões dos trabalhadores. No tocante a essa relação, não vejo nada de fundamentalmente novo em 1994, em relação a 1894, 1794, ou mesmo de 1594. Sim, hoje existem aparelhos de fax, que são mais rápidos que as linhas telegráficas ou mensageiros. Mas o processo econômico básico permanece o mesmo. [...] O que tem mudado nos últimos tempos não é a economia do sistema-mundo mas a sua política” (Wallerstein *apud* TILLY, 1995b, p. 24-25).

Isso conduz Wallerstein à sua segunda discordância principal com Tilly. Segundo Wallerstein, a redução do Estado iniciada por Thatcher e Reagan não foi uma reação à decrescente efetividade da ação estatal num contexto de proliferação de organizações supranacionais e transnacionais, como argumenta Tilly. Antes, foi uma reação à “*crescente* efetividade da redistribuição induzida pelo Estado que visou a tentar diminuir o Estado e deslegitimar a redistribuição. [...] Isso aconteceu não por que os estados estavam desperdiçando dinheiro, mas sim porque eles estavam simplesmente gastando muito”. E eles gastavam muito porque “as demandas combinadas do Terceiro Mundo (relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e da classe trabalhadora ocidental (relativamente poucas pessoas, mas um apreciável montante por pessoa)” excedeu em muito o que o capitalismo mundial poderia prover (*idem*, p. 25-26).

Como veremos na próxima seção, a primeira discordância de Wallerstein com Tilly identifica formulações teóricas que a EPSM precisa repensar, enquanto a segunda aponta para uma direção em que a SHC é quem tem mais a repensar. Antes de fazer essa exposição, contudo, que me seja permitido mencionar que esses desacordos emergem no contexto de uma concordância básica sobre a avaliação de que a globalização não é um fenômeno sem precedentes como vários observadores pensam, e de que uma compreensão dos seus significados e perspectivas requer um horizonte temporal que

abranja séculos e não apenas décadas. Essa concordância constitui em si uma importante base comum sobre a qual as duas variantes da macro-sociologia histórica podem juntar forças para conferir sentido à atual onda de globalização.

Igualmente promissora é a reversão dos papéis evidenciados por este debate. Tilly, cuja macro-sociologia histórica tem sido diretamente baseada nos estados nacionais como unidades privilegiadas de análise, toma as instituições emergentes do capitalismo mundial tão seriamente a ponto de descartar a importância continuada dos estados nacionais como agentes dinamizadores do mundo contemporâneo. Wallerstein, cuja macro-sociologia histórica tem sido diretamente assentada no sistema capitalista mundial como unidade privilegiada de análise, sustenta a importância continuada dos estados nacionais a ponto de desconsiderar a novidade das instituições emergentes do capitalismo mundial. Não devemos exagerar essa inversão, pois Charles Tilly há muito tempo já está ciente da importância do capitalismo mundial nos processos de constituição dos estados e Wallerstein sempre atribuiu relevância aos estados nacionais na formação e expansão do capitalismo mundial – diga-se de passagem, uma importância maior da que, penso eu, os estados merecem. Dado isso, a inversão pode ainda ser tomada como evidência de uma brecha potencial na barreira metodológica que há tempos mantém distantes os intelectuais da Sociologia Histórica e Comparativa de seus colegas da Economia Política dos Sistemas-Mundo.

III. DANDO SENTIDO À GLOBALIZAÇÃO

Ao procurar dar sentido à globalização e obter algum discernimento sobre os possíveis e prováveis resultados dos processos e eventos inter-relacionados que seguem sob este nome, precisamos reconhecer três coisas. Primeiro precisamos identificar o que é verdadeiramente novo na presente onda de globalização em relação às ondas anteriores. Segundo, precisamos saber se as novidades genuínas, se existem, podem ser inscritas em algum padrão evolutivo detectado na seqüência das ondas de globalização. E, finalmente, precisamos descobrir se e como as novidades que não são aí devidamente inscritas podem levar a um afastamento dos padrões de recorrência e evolução verificados no passado.

Em minha tentativa de resposta a essas questões, enfocarei três problemas que me parecem rogar

por uma reavaliação profunda dos elementos de cada uma ou de ambas as variantes da macrossociologia histórica. As duas primeiras questões correspondem às discordâncias entre Wallerstein e Tilly – isto é, primeiro, se a posição estrutural das organizações privadas líderes do capitalismo mundial em relação aos estados é, hoje em dia, a mesma daquela observada desde o século XVI e, segundo, se a verdadeira novidade da atual onda de globalização é a dificuldade que as instituições dominantes do capitalismo mundial enfrentam para acomodar as demandas combinadas do Terceiro Mundo e das classes trabalhadoras do Ocidente. A terceira questão aparece apenas de maneira marginal na contribuição de Tilly à controvérsia, e está ausente da resposta de Wallerstein, mas é provavelmente a mais importante: trata-se da questão estabelecida pelo aparente deslocamento do epicentro da economia global para o Leste Asiático, onde, conforme a lista de Tilly, ele manteve-se durante a primeira onda de globalização.

Para resolver a primeira questão, os macrosociólogos da EPSM devem estar preparados para repensar aquilo que muitos deles consideram a quintessência da teoria dos sistemas-mundo, qual seja, a idéia de que, a despeito de sua extraordinária expansão geográfica, as estruturas do sistema capitalista mundial permanecem mais ou menos as mesmas desde foram inicialmente identificadas no “longo” século XVI. Essa foi uma hipótese de trabalho bastante útil nos estágios de formação da macrossociologia da EPSM. Contudo, quanto mais trabalho com ela, mais me convenço de que não se sustenta perante a evidência empírico-histórica e, ainda pior, impede-nos de chegar ao coração da dinâmica capitalista, tanto no passado quanto no presente.

Como argumentei e documentei em outra oportunidade (ARRIGHI, 1994), podemos detectar de fato um padrão de recorrência nas relações Estado-capital desde os estágios iniciais de formação do sistema capitalista mundial até o presente. Esse padrão consiste nas recorrentes expansões financeiras, no curso das quais as organizações capitalistas líderes em cada período tendem a retirar uma crescente proporção das entradas de recursos do seu fluxo de caixa das operações de comércio e produção e passam a reorientar suas atividades para operações de crédito, empréstimo e especulação. Em todas as expansões financeiras – da Florença renascentista à Era Reagan – a guinada do comércio e da produção para as finanças tornou-

se lucrativa pela intensificação da competição interestatal pelo capital volátil. Exceto com relação à escala e ao escopo da competição e à velocidade dos meios técnicos utilizados nas transações, o processo político-econômico básico a esse respeito é o mesmo no final do século XX como era um, dois, três, quatro, ou mesmo seis séculos atrás.

Expansões financeiras, contudo, não são a expressão de uma relação estrutural invariável entre estados e capital. Ao contrário, elas sinalizam o início de uma reestruturação fundamental dessa relação. Elas são, nas palavras de Fernand Braudel, um “sinal do outono” dos principais desenvolvimentos capitalistas (BRAUDEL, 1984, p. 246). Elas correspondem à “estação” em que as organizações centrais líderes do capitalismo mundial colhem os frutos da sua liderança e, ao mesmo tempo, começam a ser deslocadas dos altos comandos do capitalismo mundial por uma nova liderança. Assim, durante a expansão financeira liderada por Gênova na segunda metade do século XVI, cidades-Estado como Veneza e empresas transnacionais dispersaram-se na medida em que Gênova foi perdendo gradualmente sua centralidade nos processos de acumulação de capital em escala mundial. Com o passar do tempo, seu lugar foi tomado por um protoestado-nação (as Províncias Unidas) e as suas empresas autorizadas perderam a posição central no curso da expansão financeira liderada pela Holanda no século XVIII. O Estado-nação britânico tornou-se, então, o novo centro organizador, constituído por um império formal e suas redes informais de negócios de abrangência mundial. Mas, assim que essas instituições governamentais e empresariais experimentaram seu próprio apogeu durante a expansão financeira conduzida pela Grã-Bretanha, no final do século XIX e início do século XX, elas também começaram a ser deslocadas do comando do capitalismo mundial pelos Estados Unidos, com sua panóplia de corporações multinacionais e sua rede de longo alcance de bases militares quase-permanentes (ARRIGHI, 1994, p. 13-16, 74-84, 235-238, 330-331).

Nessa seqüência, a recorrente emergência de novos complexos de agências governamentais e empresariais líderes que são mais poderosas, militar e financeiramente, do que os complexos que elas superaram constitui o aspecto central da expansão do capitalismo mundial, desde o seu modesto início na Europa, no final do período medieval, até os dias atuais, com suas dimensões completamente globalizadas. A emergência das corporações multi-

nacionais como componentes centrais do complexo norte-americano tem sido parte desse padrão. Mas a questão estabelecida por Tilly é se, no curso atual de expansão financeira liderada pelos Estados Unidos, elas têm-se tornado uma força que mina ao invés de fornecer apoio à capacidade do Estado, inclusive à norte-americana.

A maneira mais adequada de se esclarecer essa questão é por meio de uma comparação entre as corporações multinacionais e seus antepassados mais próximos na história capitalista, as companhias licenciadas de capital aberto [*joint-stock chartered companies*] dos séculos XVII e XVIII. Nessa comparação, duas diferenças são imediatamente aparentes. Primeiro, enquanto as companhias licenciadas de capital aberto eram organizações meio privadas, meio governamentais, especializadas territorialmente na monopolização de oportunidades comerciais no mundo não-europeu, que defendiam os interesses dos governos que as licenciavam, as corporações multinacionais são organizações estritamente privadas que se especializam funcionalmente em operações através das fronteiras dos estados soberanos. Segundo, enquanto as companhias licenciadas de capital aberto dependiam para a sua existência de privilégios comerciais exclusivos assegurados por seus governos metropolitanos, as corporações multinacionais têm se estabelecido e reproduzido primariamente com base na competitividade das suas hierarquias gerenciais.

Tomadas conjuntamente, essas duas diferenças moldaram o desenvolvimento de dois tipos de capitalismo corporativo ao longo de duas sendas opostas, na medida em que se consideram suas respectivas relações com os estados ocidentais. Em decorrência da sua exclusividade e especialização territorial, o número de companhias licenciadas de capital aberto viáveis de qualquer nacionalidade sempre foi pequeno (provavelmente não mais do que uma dúzia, em qualquer período considerado), e todas foram e mantiveram-se como um instrumento dos estados europeus no mundo não-europeu, em um período em que os estados europeus eram ainda fracos para os padrões globais. Embora a maioria delas não tenha conseguido realizar muito, a herança imperial deixada pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, por exemplo, tornou-se um fator decisivo na expansão global da Grã-Bretanha e no domínio ocidental no século XIX.

O número de corporações multinacionais que operam sob a hegemonia norte-americana é in-

comparavelmente maior devido à sua transterritorialidade e à especialização funcional em uma economia mundial grandemente expandida. Além disso, seu número cresceu muito rapidamente nos últimos anos – de acordo com algumas estimativas, de cerca de 10 000 nos anos 1980 para mais de 30 000 no início dos anos 1990 (STOPFORD & DUNNING, 1983, p. 3; IKEDA, 1996, p. 48). Originalmente, essa nova espécie de corporação de negócios desempenhou um papel na manutenção e expansão do poder global dos Estados Unidos que não foi diferente daquele desempenhado pelas companhias autorizadas nos séculos XVII e XVIII em relação aos poderes britânico e holandeses (GILPIN, 1975, p. 141-142). Contudo, sua proliferação logo se voltou contra o poderio norte-americano. Isso aconteceu exatamente quando o governo norte-americano mais necessitou de “cortar” o domínio que as empresas multinacionais tinham estabelecido sobre as rendas e os recursos estrangeiros – neste período, ou seja, quando a crise fiscal do “Estado de guerra-bem estar” norte-americano tornou-se crítica sob o impacto da guerra do Vietnã e do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Na medida em que a crise aprofundou-se, uma proporção crescente dos recursos obtidos no exterior pelas corporações norte-americanas migrou para mercados monetários *off-shore* (“paraísos fiscais”), ao invés de serem repatriadas, precipitando o colapso do sistema de Bretton Woods controlado pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 1994, p. 300-308).

Em resumo, matizando Wallerstein, existem inúmeras evidências para sustentar a argumentação desenvolvida por Tilly de que a expansão em andamento do número e da variedade das corporações multinacionais constitui uma novidade nas relações Estado-capital. Se as corporações multinacionais “necessitam” ou não dos estados como as suas predecessoras (em muitos aspectos elas indubitavelmente necessitam), o resultado *não-intencional* de sua proliferação é o enfraquecimento dos estados do Ocidente, em nítido contraste com o seu fortalecimento antes e durante a onda de globalização do século XIX. Não obstante, não se pode deduzir disso que tal enfraquecimento tem sido a principal força por trás da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores iniciada com a reabilitação das doutrinas neo-utilitaristas e do Estado mínimo promovida por Thatcher e Reagan. Ao contrário, sobre essa segunda questão é a argu-

mentação de Tilly, antes que a de Wallerstein, que não resiste à crítica empírico-histórica, e é a macrossociologia da Sociologia Histórica e Comparativa, antes que a da Economia Política dos sistemas-mundo, que tem mais coisas a repensar. A mim parece que existem três principais considerações que inclinam a balança das evidências contra Tilly.

Primeiro, a revivificação das doutrinas neoutilitaristas não pode ser atribuída a uma inovação do final do século XX precisamente porque ela é uma *revivificação*. Ainda mais, ela é uma revivificação de doutrinas que inicialmente se tornaram hegemônicas no mundo ocidental na segunda metade do século XIX – em um período em que, pelo próprio relato de Tilly, os estados ocidentais experimentavam um fortalecimento e não um enfraquecimento. E, por fim, há cem anos essas doutrinas não foram – e tampouco os trabalhadores perceberam-nas desta forma – um ataque aos seus direitos e à suas condições de vida, como evidenciado pelo apoio que a classe trabalhadora britânica deu ao livre-comércio *unilateral* da Grã-Bretanha. Claramente, ou o credo neoliberal revivido nos anos 1980 significa algo completamente diferente do que significou cem anos atrás, ou a revivificação não pode ser atribuída às circunstâncias históricas (um enfraquecimento dos estados ocidentais) que hoje são o oposto do que elas foram há um século.

Segundo, o fluxo maciço de capitais para os mercados financeiros extraterritoriais que, no final dos anos 1960, iniciou a desintegração do sistema de Bretton Woods controlado pelos Estados Unidos, aconteceu num contexto de demandas crescentes por elevado consumo de massa no Primeiro Mundo e por autodeterminação nacional e desenvolvimento no Terceiro Mundo. Ao liderar o fluxo, as corporações multinacionais expressavam um voto de não-confiança na capacidade dos Estados Unidos e de seus aliados europeus para evitar que essas demandas combinadas minassem seriamente a lucratividade de suas operações globais. O resultado não-intencional desse voto de desconfiança foi um enfraquecimento ainda maior daquela capacidade e uma conseqüente percepção generalizada de que a ordem mundial norte-americana estava numa crise séria. Na maior parte dos anos 1970, contudo, a força dominante na dinâmica da crise continuaram sendo os movimentos sociais do Primeiro e do Terceiro Mundos, que procuraram liberar-se das promessas de um *New Deal* global, implícito na ordem mundial norte-americana (cf. ARRIGHI, 1982; 1994; ARRIGHI, HOPKINS & WALLERS-

TEIN, 1989).

Finalmente, a despeito de sua retórica de estado minimalista, a resposta de Thatcher e Reagan à crise dos anos 1970 não foi a de “diminuir o Estado” em reação à “efetividade declinante da ação estatal”, como argumenta Tilly. Longe do encolhimento, o governo norte-americano sob o comando de Reagan acumulou um déficit nacional maior do que em qualquer outro período da história norte-americana, e é esse déficit, mais do que qualquer outra coisa, que hoje em dia ata as mãos do governo norte-americano, interna e globalmente. A principal investida na resposta da dupla Thatcher-Reagan foi fazer uso de um Estado inchado para esvaziar o poder social dos trabalhadores do Primeiro Mundo e dos povos do Terceiro Mundo, numa tentativa de reconquistar a confiança e o apoio de um capital crescentemente transnacional e volátil. A tentativa foi largamente bem-sucedida, mas ao custo de uma cisão maior que a deixada pela ordem mundial da Guerra Fria. Tal cisão incluiu a proliferação de formas de guerra envolvendo forças outras que as disciplinadas forças armadas nacionais – uma proliferação que Tilly corretamente identifica entre os mais importantes sinais do enfraquecimento geral da capacidade do Estado (ARRIGHI, 1994, Epilogue; TILLY, 1995b, p. 17-18).

Em suma, a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores que tem caracterizado a presente onda de globalização está enraizada em circunstâncias históricas mundiais que são radicalmente diferentes daquelas da onda de globalização do século XIX. Embora a presença de um número amplo e crescente de tipos variados de corporações multinacionais constitua uma das circunstâncias diferentes, não é essa a diferença que induz à ofensiva. Com o objetivo de entender essa ofensiva e suas conseqüências prospectivas, devemos focar as diferenças nas relações de poder não entre os estados e o capital, mas entre os estados ocidentais e os povos não-ocidentais. Devemos focar o fato de que na onda de globalização do século XIX, o poder dos estados ocidentais em relação aos povos não-ocidentais era alto e ainda ascendente, enquanto na presente onda ele é menor e declinante.

Essa é uma diferença para que a macrossociologia SHC não está bem preparada para lidar, a não ser que esteja disposta a fazer sua própria parcela de reformulação. Todo o seu programa de pesquisa tem sido construído sobre a premissa de que os estados – inclusive, e espe-

cialmente, os estados europeus, que têm constituído o seu objeto de interesse predominante – são unidades distintas e delimitadas, cujas propriedades são primeiramente determinadas pelo que acontece no interior deles ou, no máximo, por sua competição mútua. Embora útil para a identificação das propriedades comuns e das variações entre os estados em diferentes espaços e períodos, essa premissa tem tornado a macrossociologia da SHC alheia a dois dos fatos mais fundamentais da formação dos estados na Era Moderna: primeiro, que em toda a era moderna as relações de poder dentro e entre os estados ocidentais têm sido completamente moldadas pelas relações de poder entre os estados ocidentais e o mundo não-ocidental, e, segundo, aquilo em que os estados, ocidentais e não-ocidentais, têm se tornado é, em grande medida, o resultado de um processo da violenta conquista do mundo pelos estados europeus. Esse processo materializou-se de forma mais evidente na segunda e terceira ondas de globalização, conforme descritas por Tilly, e a sua reversão é responsável pelas especificidades mais importantes da presente onda. Como podemos fazer alguma idéia da onda de globalização liderada pela Grã-Bretanha no século XIX sem enfocarmos a relação entre a Grã-Bretanha e o seu Império Indiano? E, ao contrário, será que muitos dos problemas enfrentados pelos Estados Unidos na atual onda de globalização não decorrem do fato de que, diferentemente da Grã-Bretanha na onda de globalização do século XIX, os EUA não dispõem de um Império Indiano para cobrir seus déficits no balanço de pagamentos e para fornecer a mão-de-obra militar de que necessita para policiar o mundo?

IV. EPÍLOGO

Permitam-me concluir indicando uma questão final que o debate entre Tilly e Wallerstein não estabeleceu, mas que é provavelmente a questão mais crítica para uma adequada compreensão das conseqüências prospectivas da atual onda de globalização. Essa questão aparece com destaque no recente livro de André Gunder Frank (1998), e foi abordada primeiramente dentro da macrossociologia da EPSM por Janet Abu-Lughod em seu estudo sobre aquela que na relação de Tilly é a primeira onda de globalização do milênio passado. Nas páginas conclusivas de seu livro, a autora sugere que a onda de globalização do século XIII, vaga e tênue como foi, pode ser tão importante para a compreensão do nosso futuro como aquilo que a sucedeu (ABU-LUGHOD, 1989, p. 369-372).

O que aconteceu desde então é que os estados europeus conquistaram gradualmente o mundo e transformaram-no num sistema novo, denso e fortemente centrado na Europa. Embora o centro desse sistema expansivo tenha “migrado” de país para país e finalmente para a América do Norte, “ele permaneceu dentro de uma zona cultural comum, que excluiu os poderes africanos, latino-americanos e asiáticos. E mesmo que as instituições econômicas e políticas do centro passaram por transformações significativas, elas permaneceram dentro de uma tradição culturalmente ocidental”. As Ciências Sociais têm sido parte dessa tradição e tornaram-se tão obcecadas em “estudar a persistência e evolução do sistema mundial ‘moderno’ que estamos despreparados para compreender que aquilo que nós percebemos pode ser sua ruptura ou, pelo menos, sua transformação radical” (ABU-LUGHOD, 1990, p. 281-282).

A percepção de que algo radical pode estar acontecendo nessa direção é obscurecido pelo fato de que “muitas das colônias antigas da Europa na África e no Oriente Médio, depois de conquistar sua independência na esteira da Segunda Guerra Mundial, foram verdadeiramente degradadas dentro do sistema mundial” (ABU-LUGHOD, 1989, p. 370). Depois que isso foi escrito, a percepção tornou-se ainda mais turva pelo autoproclamado “triumfo do Ocidente” na Guerra Fria – uma assertiva que esquece que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não foi menos integrante da tradição cultural ocidental que os Estados Unidos da América, e que a Guerra Fria foi primeiramente uma guerra civil ocidental. Contudo, como previamente indicado, o esvaziamento do poder de muitos estados não-ocidentais, e a maior concentração de recursos de poder no Ocidente histórico, tem sido acompanhado pelo fortalecimento econômico de estados muito distantes dos centros de poder tradicionais do Ocidente, numa escala sem precedentes na Era Moderna. Esse fortalecimento está ainda cercado por muitas incertezas, como evidenciado pela crise financeira em andamento na Ásia Oriental. Contudo, crises desse tipo têm sido típicas em todos os centros emergentes do capitalismo mundial, incluindo os Estados Unidos durante e depois da crise de 1929-1931 (ARRIGHI & SILVER, 1999).

Como a própria Abu-Lughod sugere, apesar de embrionária, essa mudança pode bem ser um sinal de que “as antigas vantagens que sustentam a hegemonia do Ocidente estão se dissipando” (ABU-LUGHOD, 1989, p. 370-371). Embora a

centralização dos meios de destruição em massa nas mãos dos Estados Unidos seja algo sem precedentes, os Estados Unidos não dispõem nem dos recursos humanos nem dos financeiros para traduzir essa centralização em poder global. Embora nenhum dos estados do Leste Asiático (que tiveram um magnífico crescimento sob o escudo da hegemonia norte-americana) pode, mesmo que remotamente, desafiar militarmente os Estados Unidos, tampouco algum deles está preparado para “assinar um cheque em branco”, de não-interferência no derramamento de sangue, para assegurar a continuação da supremacia militar norte-americana.

Ao invés de testemunharmos a costumeira fusão de uma ordem superior de poder militar e financeiro que tem caracterizado todas as substituições de uma liderança por outra nos altos comandos do capitalismo mundial, nós estamos assistindo a uma cisão que deixa o poder militar altamente concentrado nas mãos de um país ocidental hegemônico decadente e que concentra o poder financeiro global nas mãos dos países do Leste Asiático

(ARRIGHI, 1994, Epilogue). Nessas circunstâncias, para parafrasear Adu-Lughod (1989, p. 371), é realmente difícil imaginar que a era da hegemonia ocidental será superada por uma nova forma de conquista do mundo. Nesta era, na verdade, parece mais provável “que haverá um retorno a um balanço relativo dos centros múltiplos exibidos no sistema mundial do século XIII”. Tal retorno inevitavelmente deverá requerer “uma mudança para diferentes regras do jogo, ou ao menos um fim das regras que a Europa introduziu no século XVI”.

As duas variantes da macrossociologia histórica têm, na verdade, pouco a dizer sobre como essas regras podem vir a se implantar e sobre como acompanhar o processo que pode torná-las realidade. Suspeito que isso acontece porque ambas as variantes têm procurado encaixar a atual ascensão do Leste Asiático em construtos teóricos mal elaborados para esse propósito. Talvez o tempo conduza-nos a uma estratégia oposta, que é a de repensar esses construtos à luz do recentramento da economia global no Leste Asiático.

Giovanni Arrighi (arrighi@jhu.edu; <http://www.soc.jhu.edu/people/Arrighi>) é Professor do Departamento de Sociologia na The Johns Hopkins University. É autor, entre outros livros, de *A ilusão do desenvolvimento* (Petrópolis : Vozes, 1998) e *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times* (London : Verso, 1994).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, J.** 1989. *Before European Hegemony*. The World System A.D. 1250-1350. Oxford : Oxford University Press.
- _____. 1990. Restructuring the Premodern World-System. *Review*, New York, v. XIII, n. 2, p. 273-286, Spring.
- _____. (ed.). 2000. *Sociology for the Twenty-First Century*. Continuities and Cutting Edges. Chicago : Chicago University Press.
- ARRIGHI, G.** 1978. *The Geometry of Imperialism*. The Limits of Hobson's Paradigm. London : Verso.
- _____. 1982. A Crisis of Hegemony. In : AMIN, S., ARRIGHI, G., FRANK, A. G. & WALLERSTEIN, I. *Dynamics of Global Crisis*. New York : Monthly Review Press.
- _____. 1994. *The Long Twentieth Century*. Money, Power and the Origins of Our Times. London : Verso.
- ARRIGHI, G., HOPKINS, T. & WALLERSTEIN, I.** 1989. *Antisystemic Movements*. London : Verso.
- ARRIGHI, G. & SILVER, B.** 1999. *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis : University of Minnesota Press.
- BRAUDEL, F.** 1984. *The Perspective of the World*. New York : Harper and Row.
- CHASE-DUNN, C. & GRIMES, P.** 1995. World-Systems Analysis. *Annual Review of Sociology*, Baltimore, n. XXI, p. 387-417.
- COHEN, B.** 1996. Phoenix Risen. The Resurrection of Global Finance. *World Politics*, Washington, n. XLVIII, p. 268-96.
- CUMINGS, B.** 1997. Japan and Northeast Asia into the 21st Century. In : KATZENSTEIN, P. J. & SHIRAISHI, T. (eds.). *Network Power*. Japan and Asia. Ithaca : Cornell University Press.

- EVANS, P.** 1995. *Embedded Autonomy* : States and Industrial Transformation. Princeton : Princeton University Press.
- FRANK, A. G.** 1998. *ReORIENT*. Global Economy in the Asian Age. Berkeley, CA : University of California Press.
- FRIEDMANN, H.** 1996. Prometheus Rebound. *Contemporary Sociology*, New York, v. XXV, n. 3, p. 319-322.
- GILPIN, R.** 1975. *US Power and the Multinational Corporation*. New York : Basic Books.
- HARVEY, D.** 1995. Globalization in Question. *Rethinking Marxism*, v. VIII, n. 4, p. 01-17.
- IKEDA, S.** 1996. World Production. In : HOPKINS, T. K. & WALLERSTEIN, I. (eds.). *The Age of Transition*. Trajectory of the World-System 1945-2025. London : Zed Books.
- KINDLEBERGER, C.** 1969. *American Business Abroad*. New Haven : Yale University Press.
- KOHLI, A.** 1995. The Role of Theory in Comparative Politics. A Symposium. *World Politics*, Washington, n. XLVIII, p. 01-49.
- POLANYI, K.** 1957. *The Great Transformation* : The Political and Economic Origins of Our Time. Boston : Beacon Press.
- RUGGIE, J.** 1994. Third Try at World Order? Ame-rica and Multilateralism after the Cold War. *Political Science Quarterly*, New York, v. CIX, n. 4, p. 553-570, Winter.
- SKOCPOL, T.** 1994. *Social Revolutions in the Modern World*. New York : Cambridge University Press.
- STOPFORD, J. M. & DUNNING, J. H.** 1983. *Multinationals* : Company Performance and Global Trends. London : Macmillan.
- TILLY, C.** 1995a. Macrosociology, Past and Future. *Newsletter of the Comparative & Historical Sociology Section of the American Sociological Association*, New York, v. VIII, n. 1-2, p. 01-04.
- _____. 1995b. Globalization Threatens Labor's Rights. Plus responses from Immanuel Wallerstein, Aristide Zolberg, Eric Hobsbawm, and Lourdes Beneria; followed by Tilly's Reply. *International Labor and Working Class History*, New York, n. XLVII, p. 01-55, Spring.
- WALLERSTEIN, I.** 1998. The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis. *Review*, New York, v. XXI, n. 1, p. 103-112, Winter.